

(IN)CONTÁVEIS? UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA QUANTIFICAR A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Maria Elisa Diniz Bucci¹; Alisson Flávio Barbieri²; Andréa Branco Simão³

RESUMO: Demograficamente, existe uma dificuldade relacionada à quantificação e caracterização da população em situação de rua. O objetivo deste artigo é propor uma nova abordagem metodológica para o levantamento censitário da população em situação de rua, em especial, daquela que vive em Belo Horizonte/MG. Tal análise será feita por meio de uma matriz de comparação entre as metodologias utilizadas nos quatro Censos da População em Situação de Rua de Belo Horizonte e de variáveis sociodemográficas de caracterização dessa população. Esta análise comparativa possibilitará o levantamento de dificuldades, possibilidades e complexidades para realização de censos com populações que não se encontram domiciliadas.

Palavras-chaves: Pessoas em situação de rua; Censos; Metodologias censitárias; Belo Horizonte.

Área temática: Demografia

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Demografia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG)

² Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Demografia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG)

³ Pesquisadora e professora voluntária do Programa de Pós-Graduação em Demografia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG)

1. INTRODUÇÃO

Existem milhares de pessoas que vivem na e da rua, sendo um processo excludente e de difícil saída (ROSA; CAVICCHIOLI; BRÊTAS, 2005). Vários fatores levam as pessoas a viverem nas ruas, dentre eles, podem ser citados: (i) a falta de habitação, que é um fenômeno heterogêneo, devido aos múltiplos aspectos que levam a isso; (ii) o rompimento de vínculos familiares e a falta de acolhimento, pontos que um lar deveria propiciar; (iii) o desemprego e a falta de renda; (iv) a migração e o estigma de fracasso que representa o retorno ao lugar de origem; entre outros (ROBAINA, 2016).

Isto posto, quantificar a população em situação de rua torna-se necessário. Embora o objetivo central do censo demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), seja contabilizar todos os habitantes do território nacional, identificando suas características, de forma a contribuir para tanto para a construção de políticas públicas quanto para a tomada de decisões, sua aplicação se restringe apenas à população domiciliada existente no país (IBGE, s/d).

Logo, a realização de censos direcionados unicamente para a população em situação de rua é essencial para que se possa conhecer os aspectos sociodemográficos e culturais atrelados a esse subgrupo populacional, a fim de construir políticas públicas mais efetivas na área. No entanto, esta é uma realidade aquém daquela encontrada no Brasil e em seus municípios, uma vez que apenas em 2008 foi realizado o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua no Brasil, que contabilizou cerca de 32 mil pessoas em situação de rua distribuídas em 71 municípios do território nacional (BRASIL, 2008). Mais recentemente, em um teste realizado pelo IBGE, foram encontrados vários obstáculos para a quantificação dessa população, incluindo a dificuldade em acessar a localidade destes indivíduos, os horários e a forma de abordagem e a recusa destas pessoas em responder um questionário (IBGE, 2023).

Ainda assim, realizar um levantamento censitário desse tipo pode ser um tanto quanto complexo em termos metodológicos. São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG são duas metrópoles brasileiras que buscam realizar a contabilização da população em situação de rua por meio da realização de censos. No que tange à quantidade de recenseados, em São Paulo/SP foram contabilizadas 31.884 pessoas em situação de rua no censo realizado em 2021 (PMSP, 2021). Este número sofreu duras críticas de lideranças na área, que apontaram uma subestimação dos dados coletados. O Padre Júlio Lancellotti, importante ativista no movimento da população em situação de rua no Brasil, pontuou o valor pago para a realização do teste e a provável subestimação encontrada (LANCELLOTTI, 2022).

A realidade da capital mineira não é diferente, dado que existe um certo conflito entre os dados apresentados pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) no atual Censo da População em Situação de Rua de Belo Horizonte, os quais foram amplamente divulgados na imprensa nacional, e aqueles divulgados pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua do Polos de Cidadania da UFMG (OBPOPRUA UFMG, 2021) ou, ainda, pelo ObservaDH. Enquanto no levantamento realizado, em 2022, por uma equipe de pesquisadores da UFMG, a PBH divulgou um valor de 5.344 pessoas vivendo nas ruas do município (PBH, 2023), os dados levantados no *website* do ObservaDH indicam um valor de 11.796 pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico⁴ em julho de 2023 (OBSERVADH, s/d). Estas diferenças acabam por ocasionar um ruído entre os movimentos sociais atuantes na área, que tendem a utilizar os dados contabilizados pelo CadÚnico, e a administração pública municipal que organizou um censo para quantificar esta população. Críticas realizadas por representantes na luta por moradia mencionavam que o censo não refletia os números reais de Belo Horizonte (CMBH, 2023).

⁴ As metodologias utilizadas no Censo de População em Situação de Rua e do CadÚnico são diferentes. Enquanto o CadÚnico é baseado na autodeclaração do estado de situação de rua, o levantamento censitário ocorre *in loco* para obter dados sobre tal população. Segundo Natalino (2016), as informações que são coletadas diretamente em contato com a realidade de uma certa localidade são consideradas como sendo uma estimativa válida, não se tratando de um dado subestimado e podendo, então, ser utilizado em análises estatísticas. O CadÚnico é enviesado devido a forma como o cadastro é realizado (NATALINO, 2016).

Ainda assim, segundo o padre Júlio Renato Lancellotti, o censo realizado para contabilizar esta população no município de São Paulo/SP, é repleto de furos, sobretudo “na questão geográfica, na quantidade, em como as pessoas foram encontradas, no próprio conceito e definição de população de rua” (LANCELLOTTI, 2021, p. 49). Lancellotti (2021) destacou, também, que a definição de pernoitar nas ruas e em albergues para delimitar a população em situação de rua a ser entrevistada causa a necessidade de haver a criação de uma metodologia censitária específica, dado que existem diversos fatores que interferem nesse tipo de levantamento, como por exemplo:

que hora é melhor para fazer esse levantamento; em que momento as pessoas se movimentam para garantir que a mesma pessoa não seja contada duas vezes; são consideradas as condições climáticas, se está frio ou chovendo; nem todos moram em calçadas e debaixo de viadutos, alguns estão em mocós, túneis, subterrâneos, cemitérios, beira de córregos e rios, dificultando o acesso das equipes do censo. (LANCELLOTTI, 2021, p; 49).

Extrapolando o cenário internacional, o caso de Buenos Aires mostra que essa comparação desencontrada é nítida. Conforme descrito por Iorio e Farías (2020), existe uma diferença metodológica entre o censo produzido por organizações da sociedade civil e a pesquisa oficial realizada pela gestão municipal. Enquanto a pesquisa oficial contabiliza apenas os adultos que passam a noite em espaços públicos, o censo, além de contabilizar aqueles que pernoitam nas ruas, leva em consideração aqueles que permanecem temporariamente em alojamentos noturnos (IORIO; FARÍAS, 2020), afetando significativamente os resultados numéricos encontrados sobre características da população em situação de rua da capital argentina (PALLERES, 2022).

Assim, pensando em todos os problemas relatados, o objetivo central do presente trabalho é discutir uma metodologia única e padronizada para a realização de levantamentos censitários direcionados à população em situação de rua no Brasil e, em especial, em Belo Horizonte/MG. A escolha da capital mineira justifica-se pelo fato que a cidade possui censos não só realizados em diferentes períodos, mas também, diversos em termos metodológicos.

2. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto neste, utiliza-se o método comparativo, que “consiste em investigar coisas ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças”, sendo capaz de “se trabalhar com grandes grupamentos humanos em universos populacionais diferentes e até distanciadas pelo espaço geográfico” (FACHIN, 2005, p. 40). Dessa forma, por meio de uma matriz comparativa, o presente trabalho realiza uma comparação entre as metodologias e as variáveis sociodemográficas dos três últimos Censos da População em Situação de Rua divulgados em Belo Horizonte/MG. As etapas seguidas para o desenvolvimento do trabalho estão descritas a seguir (Figura 1).

Figura 1: Metodologia aplicada no presente trabalho.



Fonte: Elaboração própria.

Segundo Marpsat (2001), existem problemas éticos envolvidos no levantamento de dados realizado com aqueles que estão em situação de rua, dado as condições de vida a que estão expostos e a falta de privacidade existente. Há, também, uma dificuldade interpretativa ao se realizar uma comparação entre levantamentos censitários desta natureza, uma vez que os métodos e as definições utilizadas podem ser diferentes (MARPSAT, 2001).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Etapas metodológicas

3.1. Intersetorialidade

Sabe-se que, para garantir a habitação permanente, é necessário que haja uma intersetorialidade entre os serviços ofertados para a população em situação de rua (MOSITES *et al.*, 2022). No caso de Belo Horizonte/MG, é possível notar que, desde 1998, existiu a tentativa de integrar a esfera de gestão municipal com organizações de sociedade civil na execução dos Censos da População em Situação de Rua realizados no município, como diversas Secretarias Municipais – principalmente a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS) –, o Fórum da População de Rua de Belo Horizonte, a Pastoral Nacional e Municipal do Povo da Rua e o Movimento Nacional de População de Rua, sendo estes três últimos visíveis no documento divulgado em 2014 (PBH, 1998; PBH, 2006 e PBH, 2014). A participação desses diversos órgãos, de certa forma, demonstra o caráter participativo dos levantamentos censitários realizados em Belo Horizonte/MG até então, enfatizando a necessidade de uma abordagem intersetorial neste quesito.

Levando isso em consideração, o levantamento censitário sobre a população em situação de rua de Buenos Aires, na Argentina, também surgiu devido uma exigência de organizações sociais, políticas e comunitárias como forma de exigir a garantia de direitos daqueles que estão em situação de rua e foi realizado por meio de uma abordagem intersetorial e heterogênea entre organizações que compunham essa rede socioassistencial (IORIO; FARIAS, 2020). Assim, poder manter o diálogo entre diversos órgãos e entidades que atendam esta população pode ser a estratégia mais viável para pensar a construção metodológica de um Censo de População em Situação de Rua.

3.2. Conceito: definição do “estar em situação de rua”

O Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), define a população em situação de rua como sendo:

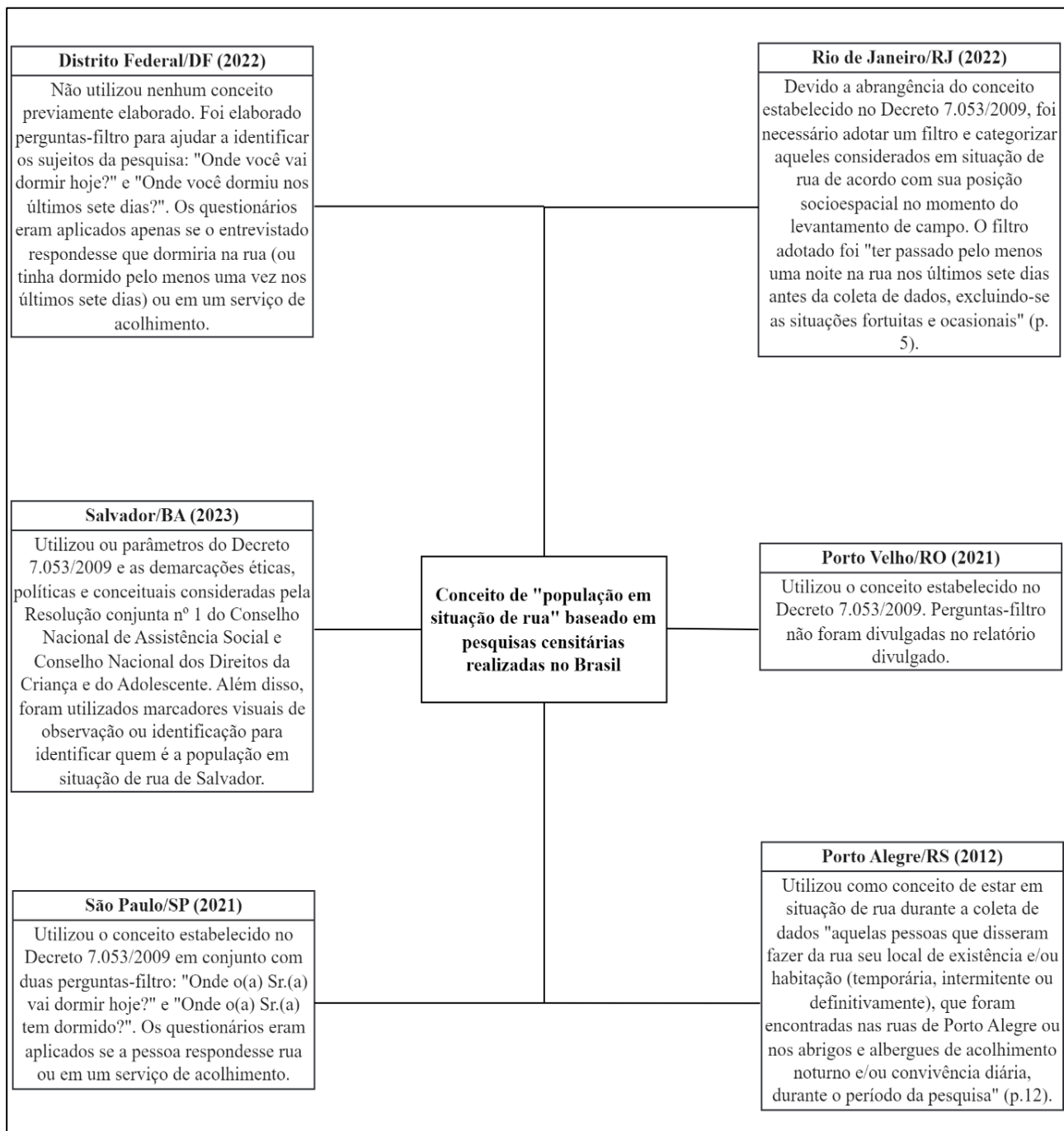
“o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (BRASIL, 2009).

Levando em consideração as definições propostas pelo Instituto Global de Pessoas em Situação de Rua (*Institute of Global Homelessness*, IGH), existem diversas categorias que indicam o estado de situação de rua, devendo ser observada a realidade de cada país (IGH, s/d). Entre as três grandes categorias criadas pelo IGH, o Brasil possui um contingente de pessoas que podem ser enquadradas nas seguintes: (i) pessoas sem alojamentos; (ii) pessoas que vivem em alojamentos temporários ou de crise e (iii) pessoas que vivem em alojamentos gravemente inadequados e inseguros (IGH, s/d).

Contudo, como a definição da PNPSR é um tanto quanto abrangente, ela abre margens para a existência de subgrupos distintos para a população em situação de rua, dificultando a seleção e a identificação daqueles que vivem nas ruas. No âmbito internacional, já existem definições que relacionam o ato de dormir nas ruas ou em unidades de acolhimento com a população em situação de rua (MC CONALOGUE *et al.*; 2021; SCHOLES, 2019). No Brasil, esta definição também é utilizada

por alguns instrumentos censitários para coleta de dados da população em situação de rua, como exibido na Figura 2, a seguir.

Figura 2: Definições utilizadas para delimitar a população que seria contabilizada como em situação de rua em levantamentos censitários realizados pelo Brasil.



Fonte: Adaptado de IPEDF, 2022; PMRJ, 2022; PMS, 2023; PMPV, 2021; PMSP, 2021; PMPA, 2012.

No caso do município de Belo Horizonte, os conceitos utilizados sobre a população em situação de rua variaram ao longo dos três Censos da População em Situação de Rua realizados. Enquanto nos censos divulgados em 1998 e 2006 teve uma delimitação clara sobre o ato de pernoitar em logradouros e unidades de acolhimento públicos, a definição utilizada no documento divulgado em 2014 remete àquele apresentado pela PNPSR (Quadro 1). Dessa forma, verifica-se que é importante poder definir a população em situação de rua para poder estabelecer quais indivíduos deverão ser entrevistados e contabilizados durante a realização de um levantamento censitário com este público. Uma definição clara e objetiva evita ambiguidades.

Quadro 1: Definições para delimitar a população em situação de rua de Belo Horizonte/MG nos levantamentos censitários divulgados em 1998, 2006 e 2014.

	1998	2006	2014
Definição de população em situação de rua	<p>O segmento da população de baixa renda, em idade adulta que, por contingência temporária ou permanente, pernoita em logradouros públicos, tais como praças, calçadas, marquises, baixios de viadutos, em galpões, lotes vagos, prédios abandonados e albergues públicos. O conceito abrange ainda crianças e adolescentes, desde que em companhia das respectivas famílias (p.6).</p>	<p>Pessoas de baixa renda, em idade adulta que, por contingência temporária ou permanente, pernoita em logradouros públicos, tais como praças, calçadas, marquises, baixios de viaduto, galpões, lotes vagos, prédios abandonados e albergues públicos. As crianças e os adolescentes seriam contabilizados, desde que em companhia das respectivas famílias (pelo menos um adulto) (p.28).</p>	<p>Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, e a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza os logradouros públicos e áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. Como migrante, foram considerados os indivíduos e/ou famílias em situação de risco pessoal e social, em processo migratório, residentes por um período inferior de dois meses no município, e que estejam em situação de: a) procura por trabalho; b) fixação no município; e c) mobilidade para outro município onde mantenham vínculo familiar e comunitário (p.45).</p>

Fonte: Adaptado de PBH, 1998; PBH, 2006 e PBH, 2014.

3.3. Mapeamento

Elaborar roteiros para um Censo de População em Situação de Rua é um grande desafio, dado à alta mobilidade dessa população na cidade (GRAND JUNIOR; GONZAGA; ALMEIDA, 2022). A pesquisa oficial, realizada pela gestão municipal de Buenos Aires, abrange apenas zonas consideradas críticas. Por outro lado, aquela censitária, realizada por organizações da sociedade civil, teve um levantamento de ampla abrangência, sendo feita tanto em áreas com alta quanto com baixa densidade populacional (IORIO; FARÍAS, 2020). Agora, levando em consideração o levantamento realizado no Rio de Janeiro/RJ, as etapas para a elaboração dos roteiros a serem percorridos durante sua execução contaram com a participação de vários atores-chaves e foram divididas em:

- Georreferenciar as bases de dados pré-existent sobre essa população, a fim de visualizar sua distribuição espacial no município;
- Realizar um mapeamento participativo por meio, tanto de um aplicativo móvel de coleta de dados georreferenciados com um número maior de colaboradores, quanto de oficinas participativas para apresentar a metodologia censitária e, também por meio do aplicativo móvel para coleta de informações;

- Consolidar as bases de dados pré-existentes com o levantamento prévio, uma vez que o levantamento prévio apresentou locais que não estavam presentes nas bases pré-existentes;
- Validar os registros encontrados por meio de oficinas com trabalhadores da área, criando novas informações na base de dados
- Realizar uma análise espacial para mitigar as redundâncias e definir melhor os parâmetros, gerando uma nova base com dados que precisariam ser novamente revalidados
- Elaborar um mapa digital, levando em consideração a mobilidade da população em situação de rua
- Criar estratégias de operacionalização para aplicar, em campo, os roteiros criados, levando em consideração três aspectos principais: “(i) o número de dias para a realização do Censo; (ii) a dinâmica de deslocamentos do público-alvo e suas implicações na produção de dados redundantes e; (iii) a realização dos trajetos de roteiro, pelos pesquisadores, a pé.”
- Tentar compatibilizar o número de dias de pesquisa ao número de regiões de roteiros de modo que cada região fosse inteiramente coberta”, até atingir toda a extensão territorial da capital carioca. Assim, foram criadas microáreas onde os pesquisadores pudessem percorrer, a pé, curtas distâncias (GRAND JUNIOR; GONZAGA; ALMEIDA, 2022).

Como se pode observar, os autores supracitados assumiram a premissa de que a população em situação de rua, no Rio de Janeiro/RJ, realiza deslocamentos de curta distância, principalmente, por conta de diferentes grupos existentes no território e os custos envolvidos no deslocamento de grandes distâncias.

Assim como aconteceu na metodologia de mapeamento utilizada no Rio de Janeiro/RJ, em Belo Horizonte/MG também ocorreu a participação de diversos atores para realizar o mapeamento da população em situação de rua da cidade. Contudo, tais metodologias foram realizadas de forma distinta, dado que houve uma evolução em termos tecnológicos ao longo dos anos.

Em 1998, o mapeamento foi realizado com base nos pontos de concentração dessa população. Esses pontos foram enviados pelas nove administrações regionais e pela Pastoral de Rua, sendo checados e, até mesmo, acrescidos de outros pontos que foram observados pela equipe de profissionais que participou do Censo (PBH, 1998). Posteriormente, tais pontos foram inseridos nos mapas das regionais com arruamento para que cada equipe percorresse o perímetro a ser coberto, o qual estava delimitado no mapa, abordando os possíveis entrevistados para preenchimento do formulário (PBH, 1998). A equipe de profissionais era composta por três ou quatro pesquisadores, um coordenador, um motorista e, quando necessário, um membro da equipe do censo (PBH, 1998).

O mapeamento realizado em 2005 seguiu quase que a mesma metodologia proposta pelo Censo de 1998. As informações sobre os pontos de concentração da população em situação de rua foram fornecidas por técnicos do Programa de Abordagem da PBH, por agentes da Pastoral de Rua, do Sópão Mineiro e, também, pelas próprias pessoas da população em situação de rua, que direta ou indiretamente, participaram da pesquisa (PBH, 2006). Além dos pontos a serem plotados nos mapas das regionais, para auxiliar a equipe em campo, também foram acrescentados pontos de referências de equipamentos públicos que pudessem auxiliar na identificação e localização destes locais (PBH, 2006). Ainda assim, os roteiros foram pensados de modo a seguir alguns critérios de coleta dos dados (PBH, 2006):

- Alocar duas equipes em locais onde já se sabia, previamente, da existência de um grande número de moradores de rua;
- Dirigir-se aos locais onde a população em situação de rua estava concentrada por motivo de doações, nos dias em que elas ocorriam;
- Como a pesquisa foi realizada num período em que vigorava o horário de verão, buscou-se fazer os roteiros de forma que, no início dos trabalhos, por volta das 19:00 horas, os recenseadores percorressem as áreas mais afastadas do centro, onde o movimento é menor. As áreas centrais foram cobertas posteriormente, quando o movimento típico dos grandes centros já está mais reduzido e é mais fácil encontrar os moradores em situação de rua;

- Também se procurou manter o maior número possível de equipes em uma mesma Regional, ou pelo menos seguindo uma mesma direção (...);
- Quanto aos equipamentos e instituições que abrigam o público-alvo da pesquisa, buscou-se garantir a visita nos horários e dias de maior frequência dessa população (...);
- A coordenação definiu que seriam recenseadas, nas instituições que acolhem os moradores de rua, as pessoas que ali estavam abrigadas há, no máximo, três anos, considerando que quem extrapolasse esse tempo já não se enquadraria no conceito de população em situação de rua;
- Nos bairros de maior movimento noturno, devido à localização de bares, teatros e restaurantes, priorizou-se a realização da pesquisa no início da semana, quando essas atividades apresentam menor fluxo de clientes e os moradores em situação de rua acomodam-se mais cedo. (PBH, 2006, p. 33).

Já no censo realizado em 2013, o mapeamento foi realizado em três etapas principais. A primeira consistia na análise das bases de dados de 2012 e 2013. O propósito era verificar os pontos de concentração de população em situação de rua que constavam nos bancos de dados do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), existentes nos nove Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) de cada regional de Belo Horizonte (PBH, 2014). Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas com técnicos que atuavam no SEAS/CREAS, de cada regional, a fim de validar os dados existentes na primeira etapa. Nessas entrevistas eram colhidas informações sobre riscos, horário de presença da população em situação de rua e quantidade de pessoas em cada ponto, sendo tais quesitos identificados em mapas impressos com simbologia adequada relacionada a estes aspectos (PBH, 2014). Por fim, tais informações foram transcritas para *softwares* de geoprocessamento, contribuindo para a visualização dos locais mapeados e para a construção das rotas mais apropriadas (PBH, 2014). A construção das rotas mais adequadas seguiu, então, critérios de tamanho de cada área e densidade populacional esperada, o que guiou a distribuição dos pesquisadores (PBH, 2014). Além disso, essas informações mostraram as áreas maiores e com menos pontos de concentração e as áreas menores, mas onde havia maior concentração de população em situação de rua (PBH, 2014). A partir disso, foi estabelecida uma estratégia de deslocamento centrífuga, dado que os entrevistados se deslocavam da periferia, durante o dia, para dormir nos abrigos e na regional centro-sul, durante a noite (PBH, 2014).

3.4. Equipes de trabalho e treinamento

Para evitar a duplicidade dos dados coletados em Buenos Aires, foi preciso formar equipes que conhecessem o local onde se estava realizando o censo, sendo que todas as equipes visitavam uma única área a cada dia de contagem (IORIO; FARÍAS, 2020). Assim como aconteceu na capital argentina, em Belo Horizonte/MG, as equipes de trabalho, além de conhecerem o público a ser contabilizado, também passaram por treinamentos específicos para execução da coleta de dados.

Em 1998, foi necessário contratar 17 pesquisadores e cinco coordenadores para a execução da pesquisa de campo. Esses profissionais foram recrutados em universidades ou eram indicados por envolvidos no censo, havendo a realização de entrevistas individuais e a apresentação do projeto (PBH, 1998). Além disso, a Prefeitura de Belo Horizonte contratou consultoria da socióloga Maria Antonieta da Costa Vieira, coordenadora da pesquisa do município de São Paulo, que relatou sua experiência para a equipe do censo em um seminário de 8 horas de duração (PBH, 1998). O perfil da população foi levantado levando em consideração a experiência de SP, Censo do IBGE e a demanda do grupo (PBH, 1998).

No caso do censo realizado em 2005, as equipes foram formadas por estudantes universitários, técnicos com experiência de trabalho com população em situação de rua e pessoas em situação ou com trajetória de rua, além dos pesquisadores que compuseram a equipe qualitativa. Seis equipes de trabalho foram montadas para atuar no censo, sendo que

...cada uma delas contou com a participação de uma supervisora (com experiência de trabalho com população em situação de rua), um(a) morador(a) de rua e cinco ou seis recenseadores

universitários. A composição foi feita a partir de diálogo com os representantes dos moradores de rua, considerando-se as regiões da cidade que melhor conheciam. No caso dos recenseadores, a montagem das equipes deu-se durante o treinamento, com a diretriz de que cada equipe contasse com estudantes de diversos cursos, para assegurar uma visão interdisciplinar no trabalho. (PBH, 2006, p. 31).

Assim como em 2005, o censo divulgado em 2014 também contou com a participação de estudantes universitários (recenseadores) e pessoas com trajetória de rua indicadas pela Pastoral Nacional do Povo de Rua (facilitadores), além de um coordenador de nível superior com experiência em saúde ou assistência social. A pesquisa de campo contou com "19 equipes de pesquisadores, com um coordenador de equipe, um mínimo de seis recenseadores e um facilitador" (PBH, 2014, p. 52). Além disso, "o coordenador e o facilitador atuaram em cada local em que fossem encontrados indivíduos em situação de rua e auxiliaram na primeira abordagem e explicação da pesquisa aos recenseados (p. 53)."

O treinamento da equipe também foi realizado nos três Censos da População em Situação de Rua de Belo Horizonte analisados no presente trabalho. Os treinamentos foram realizados com o propósito de conscientizar sobre as especificidades do público e sobre experiências de outras equipes, habilitando as pessoas envolvidas para realização da abordagem, estabelecimento de uma relação de confiança e aplicação do questionário específico (PBH, 1998, p. 4). No caso do relatório divulgado em 2014, procurou-se: (i) explicar a pesquisa e seus objetivos; (ii) apresentar e discutir o questionário; (iii) demonstrar técnicas de entrevista e medidas de segurança; e (iv) aplicar o questionário ao menos uma vez (PBH, 2014). Houve a instrução de que os pesquisadores sempre fizessem as entrevistas em duplas (PBH, 2014).

3.5. Coleta de dados

Em relação aos dias de trabalho em Buenos Aires, a pesquisa oficial foi realizada durante uma noite, em um período de seis horas, com uma equipe técnica. Já a censitária, foi feita em um período de quatro dias, contou com a participação de mais de 400 voluntários, que eram de organizações, funcionários ou pesquisadores (IORIO; FARÍAS, 2020). Os autores supracitados destacaram que, pela alta mobilidade dessa população, é impossível encontrá-la em um único dia, sendo necessária a participação de várias pessoas que integrem organizações sociais para poder percorrer todo território urbano.

No caso de Belo Horizonte/MG, é perceptível que houve uma mudança drástica no modo de realizar a coleta de dados dos três Censos da População em Situação de Rua do município. O local de coleta de dados, nos três casos, cobriu de maneira integral o território, levando em consideração o mapeamento previamente realizado e novos pontos observados durante a coleta de dados (PBH 1998; PBH, 2006; PBH, 2014). Já em relação ao período de coleta e tipo de abordagem, as variações foram significativas, o que pode ocasionar um problema na comparabilidade dos dados coletados.

Enquanto nos censos divulgados em 1998 e 2006 a coleta foi realizada em vários dias e no período noturno (PBH, 1998; PBH, 2006), a coleta realizada em 2013 ocorreu em um único dia, entre às 07:00 h e às 23:00 h, a fim de diminuir a duplicidade de entrevistas e as perdas da amostra (PBH, 2014). O dia da coleta do 3º Censo da População em Situação de Rua de Belo Horizonte foi marcado por um clima parcialmente nublado, com chuvas leves durante duas horas no meio do dia (PBH, 2014). As abordagens eram feitas com indivíduos identificados em situação de rua e que estavam aptos a responderem o questionário (PBH, 1998; PBH, 2006; PBH, 2014).

No caso dos três censos, a equipe de coordenação, durante o período de coleta de dados, orientou, apoiou e supervisionou o trabalho realizado pelas equipes, montando uma espécie de plantão (PBH, 1998; PBH, 2006; PBH, 2014), revisando os questionários preenchidos nos dias anteriores (PBH, 2006) e instruindo a comunicação entre os coordenadores de equipe e de projeto por meio de telefones celulares (PBH, 1998, PBH, 2014). As equipes do último censo tiveram um veículo para transporte, com motorista, o que auxiliou na realização do percurso estipulado no mapeamento anteriormente

realizado (PBH, 2014). Ainda assim, como a coleta de dados foi realizada em um único dia, as equipes se dispersaram pela cidade de manhã e retornaram à central à noite (PBH, 2014). Após o final da coleta de dados, um coordenador de campo e um coordenador de projeto analisaram se houve a saturação da amostra após as 50 abordagens realizadas e a cobertura de três regionais distintas (PBH, 2014). Se isso houvesse acontecido, a pesquisa poderia ser encerrada (PBH, 2014).

É importante mencionar que pesquisas-piloto foram realizadas durante os três censos realizados. O Quadro 2, a seguir, descreve, de maneira sintética, essas experiências.

Quadro 2: Pesquisas-piloto realizadas para auxiliar na elaboração dos questionários utilizados nos levantamentos censitários divulgados em 1998, 2006 e 2014.

	1998	2006	2014
Pesquisa-piloto	<p>Perfil da população foi levantado levando em consideração a experiência de SP, Censo do IBGE e na demanda do grupo.</p> <p>Além disso, o ajuste no instrumento foi feito a partir de uma pesquisa-piloto "realizada em três logradouros com grande concentração de pessoas: viaduto da Via Expressa, Rua Itambé e Conjunto IAPI, totalizando 42 questionários aplicados. A pesquisa-piloto foi realizada no dia 22/01/1998.</p>	<p>Foi mencionado a realização de um pré-teste do questionário, que foi avaliado junto à coordenação.</p>	<p>O questionário foi baseado em censos anteriores e "na minuta do questionário proposto para a realização do censo nacional pelo IBGE (p. 51)". Duas pesquisas-piloto foram realizadas, sendo que, primeiramente, "foram avaliados a forma de abordagem, o conteúdo das questões e o tempo necessário para a aplicação dos questionários (p. 51)" com a população em situação de rua e, depois, após realizadas modificações no questionário, ele foi aplicado para "um grupo de 20 indivíduos, nos grupos focais do estudo qualitativo (p. 51)", de forma a realizar as adequações necessárias.</p>

Fonte: Adaptado de PBH, 1998; PBH, 2006 e PBH, 2014.

3.6. Abordagem mista

Marpsat (2001) destacou a importância da abordagem qualitativa em conjunto com a quantitativa durante a realização de um levantamento censitário direcionado à população em situação de rua. As possibilidades oferecidas pela pesquisa qualitativa também são notadas por atores e organizações sociais que trabalham com população em situação de rua. Na percepção deles, utilizar apenas uma abordagem quantitativa não garante um olhar mais aprofundado sobre estes sujeitos e na forma como vivem (PBH, 2006). Assim sendo, as pesquisas qualitativas nos Censos da População em Situação de Rua de Belo Horizonte passaram a ser realizadas a partir do segundo levantamento.

Em 2005, a pesquisa qualitativa implementada utilizou entrevistas individuais e em grupos e apresentou algumas características: (i) formada por uma equipe institucional; (ii) equipe passou por treinamento e seminários de discussão; (iii) foram realizadas entrevistas individuais com população em situação ou com trajetória de rua, técnicos e dirigentes; (iv) foram realizadas entrevistas em grupo com trabalhadores e técnicos e pessoas em situação de rua que residiam em ocupações ou estavam inseridos em algum serviço da rede de assistência, a fim de investigar questões relacionadas à habitação; (v) os entrevistados foram selecionados pelos membros da equipe e da coordenação da pesquisa e os técnicos foram selecionados pela função ocupada; e (vi) as entrevistas individuais eram realizadas por entrevistadores com experiência e que trabalharam em dupla durante o mês de novembro, seguindo roteiros e orientações previamente estabelecidas (PBH, 2006).

A pesquisa qualitativa realizada em 2013 utilizou como técnica os grupos focais com pessoas que estavam em situação ou que tinham trajetória de rua. Essa pesquisa teve as seguintes características: (i) os roteiros foram elaborados com a participação dos gestores da Prefeitura de Belo Horizonte e da equipe de pesquisadores da UFMG e abordavam quatro eixos principais (caracterização da população em situação de rua, redes de apoio, drogas e violência e preconceito); (ii) realizou-se dois grupos focais com mulheres, dois grupos com migrantes e dois grupos híbridos (homens, mulheres e LGBTs), tendo duração aproximada de 1h30min a 2 horas e participação de 52 pessoas, sendo que cada grupo tinha, em média, oito pessoas; (iii) os participantes foram selecionados pela Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social, sendo que os convites foram feitos a pessoas institucionalizadas ou que tinham acesso ao Centro de Referência da População de Rua (CentroPOP) (PBH, 2014).

Variáveis sociodemográficas

No quesito relacionado à análise das variáveis sociodemográficas que podem ser comparáveis nos três censos analisados, observou-se que, apesar de haver algumas semelhanças entre algumas variáveis encontradas, existem algumas diferenças que são cruciais. Em termos de semelhança, as seguintes variáveis sociodemográficas são encontradas nos três censos divulgados: idade, raça/cor, saber ler e escrever, nível de escolaridade, lugar de nascimento, tempo que a pessoa estava em Belo Horizonte, último lugar de moradia, motivação para vir à Belo Horizonte, tempo de vida nas ruas, profissão e companhia (PBH, 1998; PBH, 2006; PBH, 2014). Ainda assim, também foram encontradas questões relacionadas aos benefícios recebidos, acesso a serviços de assistência social e saúde do município, cidadania e problemas de saúde (PBH, 1998; PBH, 2006; PBH, 2014). Pode-se dizer que os censos realizados em 1998 e 2005 possuem uma ampla gama de questões que são iguais e comparáveis (PBH, 1998; PBH, 2006), enquanto o levantamento realizado em 2013 apresentou uma nova abordagem, como por exemplo, questões voltadas para o uso de drogas, violência e mobilidade desta população (PBH, 2014).

A análise dos três Censos da População em Situação de Rua de Belo Horizonte/MG deixa evidente os esforços que têm sido empreendidos para conhecer melhor o contingente de pessoas que faz das ruas e locais públicos a sua moradia. A importância do tipo e da qualidade das informações tem ganhado cada vez mais atenção em estudos de áreas e ressaltam a relevância que possuem na melhoria da qualidade de vários serviços. Além disso, é importante considerar que, em muitos casos, a ausência de informações sociodemográficas impede o desenho e implementação de ações para minimizar ou solucionar diferentes tipos de problemas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o fenômeno da população em situação de rua tem despertado uma maior atenção e há uma preocupação mais evidente em se compreender melhor quem são essas pessoas que formam esse contingente populacional que vem crescendo não somente no Brasil, mas em vários países ao redor do mundo. O conhecimento desse grupo passa, no entanto, pela necessidade de construção de instrumentos de informação acurados e comparáveis ao longo do tempo. Dados censitários de qualidade são críticos para a verificação do bem-estar econômico, das necessidades apresentadas por grupos específicos, para o desenho de programas em diferentes áreas, como por exemplo, programas de moradia, para saúde, educação, segurança e muitas outras coisas.

Pessoas em situação de rua são consideradas como pertencendo a um grupo difícil de ser contabilizado pelas estatísticas oficiais. Tal fato as coloca em situação, ainda, de maior vulnerabilidade, pois suas características e reais necessidades não são consideradas no momento de processos decisórios importantes, tais como, por exemplo, alocação de fundos para programas e projetos a eles destinados.

A partir dos resultados obtidos neste estudo é possível tecer algumas considerações a respeito dos censos de 1998, 2006 e 2014, destinados a captar informações sobre a população em situação de rua em Belo Horizonte/MG.

Ficou evidente que a contagem oficial da população em situação de rua é relativamente recente no município e deve ser aprimorada. No que tange a intersectorialidade, os resultados sugerem que ela é um aspecto relevante em todo o processo de conhecimento da população em situação de rua. Ela deveria marcar desde discussões iniciais sobre construção de instrumentos para captação de informações, até a apresentação e decisão sobre o significado e uso das informações coletadas. Apesar de ter tido reuniões e a participação em alguns momentos da pesquisa, isso não parece ter sido uma marca dos censos analisados.

No que diz respeito a conceituação, ou definição de termos, os resultados mostram a heterogeneidade de definições de população em situação de rua utilizadas ao longo dos tempos. Essa heterogeneidade, particularmente na definição de quem seja a população em situação de rua, sugere que há necessidade de cautela nas análises desenvolvidas a partir dos dados disponíveis nos três censos em questão. Os entendimentos distintos utilizados podem implicar resultados mais, ou menos, acurados. O mesmo pode ser pensado acerca da questão do mapeamento empregado para localizar a população em situação de rua e definir os locais a serem investigados. Os resultados indicam que, embora a questão da mobilidade tenha sido, de certa forma, considerada, aspectos específicos precisam ser levados em conta, tais como, por exemplo, a possibilidade de grandes partes do território serem percorridas em períodos de tempo relativamente curtos. As pessoas em situação de rua não necessariamente, percorrem pequenas distância no território em que vivem. Pelo contrário, as necessidades que apresentam e a disponibilidade de serviços para satisfazê-las podem fazer com que percorram grandes distâncias. Além disso, um aspecto relevante e que precisa ser considerado nos estudos posteriores e pensados em como podem ter interferido nos já realizados, diz respeito a minimização de coletar dados duplicados (ou seja, coletar dados de uma mesma pessoa).

Em função do mencionado, vale pontuar que os resultados também sugerem a necessidade de se avaliar a questão do tempo a ser disponibilizado para a coleta de dados e dos períodos em que se pode obter maior sucesso. Embora a padronização dessa variável possa ser difícil, pois é preciso que a característica da localidade seja considerada, é necessário que ela seja estabelecida de forma que, a movimentação das equipes de coleta seja feita de forma que, em cada município, um número elevado de pessoas seja abordado e entrevistado e muitos territórios sejam cobertos. Nos três censos analisados houve variações nesse quesito e é necessária uma reflexão maior sobre esse aspecto, é fundamental para permitir a inclusão do maior número possível de pessoas.

No que tange a equipe e treinamento, as análises feitas neste estudo mostraram uma variabilidade ao longo do tempo. Vale pontuar que esse também é um aspecto chave para a realização de um censo de qualidade. Equipes bem treinadas e com boa compreensão de sua tarefa ampliam a possibilidade de sucesso da atividade. Nos censos realizados não parece ter havido uma continuidade na constituição das equipes, o que seria uma grande vantagem em termos de experiência e de entendimento do que funcionou e do que não deu certo e, também, da transmissão de conhecimento para novos participantes da equipe.

Por fim, a utilização da abordagem mista é uma vantagem adicional nas versões que a utilizaram. Por meio dela, muitos dados quantitativos coletados podem ser qualificados e compreendidos de maneira mais profunda e detalhada. Mas, assim como em todas as outras estratégias adotadas, a abordagem mista também precisaria ser pensada de maneira que as informações coletadas em uma determinada edição do censo pudessem ser comparadas com as demais. Tal possibilidade, no entanto, não significa dizer que as versões dos diferentes instrumentos de coleta de dados (questionários, roteiros, etc.) precisam, necessariamente, ser iguais. As revisões existem exatamente para que pontos fracos possam ser superados e pontos positivos reforçados. Mas é fundamental que as histórias possam ser olhadas ao longo do tempo e façam sentido.

Ainda assim, é relevante mencionar que em 2022 houve a realização do 4º Censo da População em Situação de Rua de Belo Horizonte/MG. Logo, com a divulgação dos resultados encontrados por este último levantamento, é esperado que o presente trabalho possa ser devidamente atualizado. A análise

realizada aqui foi de caráter exploratório, sendo que investigações mais detalhadas – considerando os dados mais recentes – estão sendo feitas para apresentações futuras.

Nesse ponto, para finalizar este estudo, cabe dizer que os instrumentos utilizados em diferentes censos realizados para captar os números de pessoas em situação de rua necessitam de uma análise profunda. Nessa análise seria importante verificar a possibilidade de se ter versões futuras de instrumentos que permitam, além de compatibilizações com versões anteriores, inovações para facilitar a captação de informações relevantes que possibilitem um conhecimento mais detalhado da população em situação de rua. Por fim, vale enfatizar que esse trabalho é um exercício preliminar e que um estudo mais pormenorizado está sendo desenvolvido para ampliar a discussão acerca das possibilidades e limitações de uma metodologia única e padronizada para a realização de levantamentos censitários direcionados à população em situação de rua não somente em Belo Horizonte, MG, mas para o Brasil como um todo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**: Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília, 23 dez. 2009.

BRASIL. **Rua: aprendendo a contar**: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social. 2008. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 01 fev. 2024.

CMBH. Câmara Municipal de Belo Horizonte/MG. **População em situação de rua teme ações higienistas e critica censo realizado**. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2023/04/popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-teme-a%C3%A7%C3%B5es-higienistas-e-critica-censo>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. [rev]. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

GRAND JUNIOR, J.; GONZAGA, J. G. G.; ALMEIDA, T. H. Mapeamento da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro: uma proposta metodológica. **Confins**, [s.l.], [s.v.], n. 55, [s.p.], 15 maio 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE realiza estudo inicial para levantamento sobre população em situação de rua**. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38625-ibge-realiza-estudo-inicial-para-levantamento-sobre-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 24 abr. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE – População: Censo Demográfico**. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/apresentacao/portarias/200-comite-de-estatisticas-sociais/base-de-dados/1146-censo-demografico.html>. Acesso em: 24 abr. 2024.

IGH. Institute of Global Homelessness. A global framework for understanding homelessness. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/d41ae6_8b2a9ec147b045b48b08819a161ef417.pdf. Acesso em: 03 abr. 2024.

IORIO, J. di; FARIAS, M. Problematizar las relaciones espacio-sujeto-situación de calle: el caso del censo popular en Buenos Aires, Argentina. **Revista Colombiana de Sociología**, [s.l.], v. 43, n. 2, p. 215-237, 1 jul. 2020.

IPEDF. Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal. **Pesquisa PopRua**. 2022. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/10/Relatorio-Pesquisa-Populacao-em-situacao-de-rua-no-DF.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LANCELLOTTI, J. R. Padre Julio Lancellotti critica censo: "Mostra um dado abaixo do real". [Entrevista concedida a] Fernanda Trigueiro. **SBT News**, [s.l.], [s.n.], [s.p.], jan. 2022. Disponível em: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/brasil/194521-padre-julio-lancellotti-critica-censo-mostra-um-dado-abaixo-do-real>. Acesso em: 16 maio 2022.

LANCELLOTTI, J. R. **Tinha uma pedra no meio do caminho**: invisíveis em situação de rua. São Paulo: Matrioska Editora, 2021.

MARPSAT, M. Problems in comparative and triangulated homelessness research. **Bulletin Of Sociological Methodology/Bulletin de Méthodologie Sociologique**, [s.l.], v. 71, n. 1, p. 5-57, jul. 2001.

MC CONALOGUE, D.; MAUNDER, N.; AREINGTON, A.; MARTIN, K.; CLARKE, V.; SCOTT, S. Homeless people and health: a qualitative enquiry into their practices and perceptions. **Journal of Public Health**, [s.l.], v. 43, n. 2, p. 287-294, 5 nov. 2019.

MOSITES, E.; LOBELO, E. E.; HUGHES, L.; BUTLER, J. C. Public health and homelessness: a framework. **The Journal of Infectious Diseases**, [s.l.], v. 226, n. 3, p. s372-s374, 7 out. 2022.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf. Acesso em: 24 abr. 2024.

OBPOP RUA UFMG. Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua. **Boletins 2021 Série Capitais Brasileiras**. 2021. Disponível em: <https://obpoprua.direito.ufmg.br/boletins.html>. Acesso em: 24 abr. 2024.

ObservaDH. **ObservaDH – Observatório Nacional dos Direitos Humanos**: pessoas em situação de rua. pessoas em situação de rua. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2IyZTI5NTQ0NWRhZC00ODhhLWlyZTEtZjEzZDk2N2E0YzQ2IiwidCI6ImZiYTViMTc4LTNhZjEtNDQyMC05NjZiLWJmNTE2M2U2YjFkYSJ9>. Acesso em: 01 fev. 2024.

PALLERES, G. Street Situation: conceptualization and measurement methods in the city of buenos aires. **International Journal on Homelessness**, [s.l.], p. 1-15, 21 fev. 2022.

PBH. Prefeitura de Belo Horizonte/MG. **1º Censo de População de Rua de Belo Horizonte**. 1998.

PBH. Prefeitura de Belo Horizonte/MG. **2º Censo da População de Rua e Análise Qualitativa da Situação dessa População em Belo Horizonte**. 2006.

PBH. Prefeitura de Belo Horizonte/MG. **3º Censo de População em Situação de Rua e Migrantes em Belo Horizonte**. 2014.

PBH. Prefeitura de Belo Horizonte/MG. **PBH e UFMG apresentam resultados preliminares do Censo da população de rua de BH.** 2023. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-e-ufmg-apresentam-resultados-preliminares-do-censo-da-populacao-de-rua-de-bh#:~:text=Belo%20Horizonte%20tem%20hoje%205.344,%2C8%25%20de%20outros%20pa%C3%AAses>. Acesso em: 21 jan. 2024.

PMPA. Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS. **Cadastro da População Adulta em Situação de Rua na Cidade de Porto Alegre – 2011.** 2012.

PMPV. Prefeitura Municipal de Porto Velho/RO. **Relatório Final – Censo Rua 2021 – Vidas na Rua Importam.** 2021

PMRJ. Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro/RJ. **Censo de População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro – 2022.** 2022.

PMS. Prefeitura Municipal de Salvador/BA. **Sumário Executivo de Pesquisa – Mapeamento, Contagem e Caracterização da População em Situação de Rua em Salvador.** 2023.

PMSP. Prefeitura Municipal de São Paulo/SP. **Censo da População em Situação de Rua – 2021.** 2021.

ROBAINA, I. M. População em situação de rua e vida cotidiana: algumas considerações geográficas. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, [s.l.], n. 11, p. 59-73, 10 jul. 2018.

ROSA, A. S.; CAVICCHIOLI, M. G. S.; BRÊTAS, A. C. P. O processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [s. l.], v. 13, n. 4, p. 576-582, jul.-ago. 2005.

SCHOLES, G. Problematic alcohol consumption in homeless australians: a narrative review of the causes, barriers to receiving help and possible solutions. **Health Promotion Journal of Australia**, [s.l.], v. 31, n. 2, p. 279-286, 5 set. 2019.